

Na busca de formas aliantes de envolver as populações no processo democrático

José Hipólito dos Santos/Vasco Machado de Carvalho

1. Ao longo dos últimos cinco séculos, Portugal viveu cerca de 400 anos em regime de repressão violenta sobre a inteligência e a cidadania. 400 anos de formatação das cabeças e dos comportamentos em prol da Ordem e do Poder, da Obediência e do Dever, da Autoridade e do Conformismo.

Não bastou a queda da inquisição em 1821 e do fascismo em 1974 para limpar as cabeças e os hábitos, as lógicas de pensar e de agir. A Igreja católica continuou sempre a impor a sua cultura, actualizando-a com um vocabulário modernizado e aproveitando-se da ignorância e do analfabetismo para os quais deu uma enorme contribuição. Veja-se como o Estado português continua vinculado às concepções da moral cristã na justificação das suas políticas educativas e sociais (a imposição, a toda a sociedade portuguesa, do epíteto de “pecado mortal” à prática do aborto, não é mais que um exemplo significativo).

2. O Movimento libertador do 25 de Abril gerou, nos seus primeiros anos (três ou quatro) uma poderosa energia libertadora, dissimulada na força conformista de antanho acumulada ao longo dos séculos de repressão. Energia que se mobilizou para resolver problemas concretos – o divórcio, a falta de casa, os baixos salários e a repressão dentro das empresas, a fome no campo ao lado de terras abandonadas, a falta de escolas e transportes, a libertação da mulher. Tudo isto se passou num ambiente de conflito intenso, por vezes extremamente dramático, certamente de excessos, mas sempre pacífico, apesar da violência quotidiana que o fascismo utilizara. De referir que, em França, logo a seguir à libertação de Paris em 1944, foram fuziladas 11 000 colaboracionistas e presos 170 000, enquanto na Alemanha, 100 000 alemães comprometidos com o nazismo, se suicidaram para evitar a vingança.

3. Mas os partidos e os movimentos sociais tradicionais – sindicatos, associações profissionais e culturais, colectividades, etc. – rejeitaram activamente esta democracia “anárquica”, impondo às organizações populares um funcionamento formal, com regras estritas, com assembleias-gerais anuais que acabou por provocar a desmobilização geral do movimento popular e social.

Esta “regularização” da vida democrática, sob tutela partidária, foi completada pela entrada de Portugal na União Europeia que concedia financiamentos para resolver problemas concretos, a quem estivesse em conformidade com as regras associativas e administrativas estabelecidas. A maior parte dos ex-militantes do movimento popular tornaram-se funcionários dos partidos, das associações normalizadas (muitas transformadas em IPSS), das instituições do poder local. E assim passamos a viver no quadro de uma democracia representativa, aliás indispensável, mas assente nas ruínas de uma democracia participativa que estava em construção.

4. Em Portugal, como um pouco por todo o lado, as pessoas estão cada vez mais cépticas quanto à condução da política, abstendo-se de participar nas eleições, mostrando uma atitude de indiferença face às promessas ou aos protestos da classe política. Os debates em que questões menores são exploradas exaustivamente, escondendo os problemas que seria necessário abordar, são mero espectáculo e os representantes dos partidos, dos sindicatos e movimentos sociais não conseguem distanciar-se e libertar-se dessa forma de comunicar, acabando por colaborar “contrariados” para aproveitar o que lhes é deixado. Os discursos de cada um, de direita e de esquerda, são já suficientemente conhecidos para despertar qualquer interesse das pessoas.

5 Contudo, assiste-se nos últimos anos, ao eclodir de um novo tipo de movimentos de cidadãos que se organizam para lutar contra aspectos particulares e localizados – a poluição sonora ou as lixeiras, o abate de árvores, acessos não construídos, aumentos de portagens, escolas ou centros de saúde fechados por falta de professores ou de médicos, protestos contra o encerramento de empresas, resistência a demolições sem garantia de habitação ou mesmo ocupação de casas que se encontram à espera de datas interessantes para efeitos eleitorais, etc. Na sua maioria trata-se de movimentos sem continuidade, que desaparecem uma vez terminada a situação que lhe deu origem.

Movimentos também contra a criminalização do aborto, movimentos gay, ou pela taxa Tobin, contra a repressão em Timor ou contra a guerra, a anti e a alterglobalização, contra as incineradoras, dos utentes da saúde ou das vítimas de acidentes rodoviários, etc.

O lançamento do Fórum Social Português ajudou a clarificar a luta por duas concepções de organização – uma mais autónoma outra tutelada por partidos ou movimentos sociais tradicionais. Os novos movimentos a que nos referimos mais acima têm muita dificuldade a coexistir no espartilho normalizante e tutelado que continua na cabeça ou nos hábitos e lógicas dos responsáveis das organizações mais tradicionais.

6. Estes problemas não são exclusivamente portugueses. Nem os problemas nem as tentativas para os ultrapassar. Por toda a parte há uma busca para encontrar fórmulas que envolvam efectivamente as pessoas nos processos democráticos.

Dentre as experiências mais interessantes e mais potenciadoras de grandes transformações, permitindo a conciliação da democracia representativa e da democracia participativa encontra-se a prática designada como de “Orçamentos Participativos” a nível municipal/local.

É hoje mundialmente referida a experiência de Porto Alegre, no Brasil. Aí, desde 1989, partiu-se da realização de reuniões nos vários bairros da cidade, para informar os habitantes sobre as dificuldades financeiras que impediam a nova vereação de fazer grandes trabalhos. Tratava-se de meras reuniões de informação, mas acabou por se gerar um processo em que os habitantes de cada bairro estabelecem as grandes prioridades de trabalhos a fazer, que são depois confrontadas com o conjunto de propostas vindas de todos os bairros e das disponibilidades orçamentais. Dezenas de milhares

acabam por participar activamente nestes processos. Não é aqui o lugar para falar mais detalhadamente sobre isto e que constitui uma grande inovação mundial para a renovação do funcionamento democrático local. Na América Latina, grandes cidades como Porto Alegre, Recife, S. Paulo, Belo Horizonte (no Brasil mais de uma centena de cidades), Montevideu, Rosário, Buenos Aires estão a desenvolver, ou já o fizeram, processos de participação das populações na elaboração dos respectivos orçamentos. Mas também na Europa isso tem vindo a ser experimentado - em França (Bobigny, St-Denis, Morsang-sur-Orge, Niort, Dunkerque, St-Etienne e outras), em Itália (Pieve Emanuele e Grottamare), em Espanha (Córdova e Maiorca), Inglaterra (Manchester), na Alemanha (Reinhstetten), Bélgica (Mons), em Portugal (Santarém e Palmela). As experiências são bastante diferentes umas das outras, o que constitui uma grande vantagem permitindo encontrar soluções a partir do contexto social e cultural de cada cidade.

7. A maior parte destas práticas municipais são de iniciativa autárquica e ficam condicionadas às regras estabelecidas de funcionamento próprias da democracia representativa. No nosso país é já relativamente corrente a constituição de Conselhos Consultivos Municipais (de Imigrantes e grupos étnicos, da educação e outros) procurando chamar pessoas representativas de associações ou de interesses, mas trata-se de uma abertura bem limitada e sob controlo do poder instituído...

Há também experiências que partem dos cidadãos ou de associações e que acabam, quando conduzidas adequadamente, a pressionar as autarquias para se abrirem a formas mais aliciantes de responsabilização cidadã (em Coimbra há um Conselho Municipal que resulta de um movimento associativo que se impôs para ser ouvido sobre questões importantes da vida municipal).

Em alguns países foram lançadas experiências de “Observatórios de Promessas Eleitorais” de nível local, e com práticas de larga participação de pessoas para exigir o cumprimento das promessas feitas.

8. Em Portugal, as reticências são a palavra de ordem – porque a experiência portuguesa de democracia directa é muito recordada negativamente pelo eleitorado, porque as juntas de freguesia e os conselhos municipais, com assembleias abertas ao público, já permitem uma grande participação, porque os orçamentos municipais têm de obedecer a regras que não se podem mudar a cada inovação, etc. etc!

9. Apesar disso, Santarém e Palmela, desde 2002, têm dado pequenos passos para envolver as populações num processo de identificação de necessidades e respectivas prioridades. De acordo com um plano de reuniões, são feitas sessões públicas de informação em todas as freguesias para preparar um Plano de Actividades e Investimentos Municipais. As pessoas são convidadas a fazer sugestões e a autarquia faz o balanço da situação das obras em curso ou terminadas a que se tinha comprometido. As decisões da autarquia são também comunicadas através de uma sessão central e pública em que são indicados os trabalhos que vão ser feitos no ano seguinte.

Cerca de 4 centenas de pessoas participaram em reuniões organizadas pela Câmara de Santarém, em 2002, e em Palmela participaram mais de 1500 pessoas no processo de 2003/2004.

10. Não é fácil ultrapassar o cepticismo generalizado das pessoas em relação aos políticos e aos diversos níveis de poder político, mesmo o autárquico que é o mais próximo. A atitude das pessoas que participam nos vários tipos de reuniões de discussão municipal é de grande desconfiança e de inutilidade do debate. A maior parte das pessoas que intervêm são militantes políticos e que fazem declarações de cariz partidário – de apoio ou de rejeição das “boas intenções” autárquicas.

A título de conclusão, manifestamos o nosso empenho activo nas tentativas de envolver os cidadãos, mas observamos que as formas utilizadas não são suficientemente aliciantes para romper com o cepticismo instalado. A problemática da participação cidadã é muito complexa e torna-se necessário abandonar sem hesitação práticas demasiado conhecidas e rejeitadas pelas pessoas. Na nossa experiência temos verificado que muitas vezes as mulheres podem ser o veículo transformador de práticas se as soubermos envolver a partir dos seus problemas que são sempre problemas de vida do quotidiano de uma cidade – a saúde, o emprego, a casa, os transportes, a qualidade de vida. Mesmo no Brasil são elas os verdadeiros motores da participação e da inovação democrática, do sucesso da grande maioria das experiências de orçamento participativo.

A renovação democrática tomando a vida como um todo e a cidadania como expressão da responsabilidade de todos – mulheres, homens, brancos, não-brancos – está a ser feita, mesmo invisivelmente, por um novo posicionamento das mulheres nas nossas sociedades.